

**NOVAS PERSPECTIVAS NO USO DE TECNOLOGIAS
A FAVOR DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NO ESTADO
DO PARÁ**

Edilza Joana Oliveira Fontes
Thiago Broni de Mesquita

NOVAS PERSPECTIVAS NO USO DE TECNOLOGIAS A FAVOR DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NO ESTADO DO PARÁ

Edilza Joana Oliveira Fontes
Thiago Broni de Mesquita

RESUMO

Nos dois últimos anos o Governo do Estado do Pará vem implantando um novo modelo de desenvolvimento, pautado na transparência de seus atos e na consolidação da participação popular em diversos fóruns deliberativo-consultivos. Nesse sentido a Superintendência do Planejamento Territorial Participativo no ano de 2008 implantou e consolidou os Sistemas de Participação on-line e in-loco, onde os mais de 3983 conselheiros têm acesso ao Sistema de Monitoramento, Acompanhamento e Avaliação de Resultados on-line (E-CAR/PTP/SEPOF) e através do Portal da SEPTP www.septp.pa.gov.br, além de poderem monitorar obras e serviços do Governo do Estado em seus próprios municípios, podendo intervir no processo de realização dessas através de suas credenciais de conselheiros (as) regionais do PTP. Esse processo é seguido de cursos de formação distribuídos em quatro módulos, onde esses conselheiros (as) são capacitados desde as discussões sobre Estado e Poder, passando pela capacitação em informática básica e sistemas de monitoramento on-line, a Amazônia: desafios e perspectivas e terminando com debates de temas transversais envolvendo vários temas da gestão pública contemporânea. O curso de formação em informática básica e sistemas de monitoramento on-line foram iniciados de forma simultânea nas 12 regiões de integração do Estado do Pará, nesse módulo os desafios vieram à tona com o tema “Informatização e participação popular”, entretanto os resultados foram bastante satisfatórios, grande parte dos conselheiros (as) passaram a tomar conhecimentos básicos de informática e a discutir sobre os mecanismos de participação on-line, vale ressaltar o processo de inclusão digital proporcionado pelo Programa Navega Pará, que vem oferecendo acesso à internet de forma gratuita através dos infocentros implantados em comunidades do Pará. O processo de implantação de sistemas de participação, que proporcionassem acesso ao acompanhamento, monitoramento e avaliação de obras de forma on-line surge no Estado do Pará em conjunto com a implantação do Planejamento Territorial Participativo. Os primeiros passos na consecução desse projeto se deram entre os meses de março e agosto de 2008 com a elaboração e implantação dos Sistema de Controle, Acompanhamento e Avaliação de Resultados e do Portal da Participação Popular do Pará. Ambos os sistemas forma consolidados em setembro de 2008 e vem mostrando a importância da difusão da inclusão digital para os 143 municípios paraenses como forma de oferecer meios para o efetivo controle da sociedade civil sobre o Estado. Nesse sentido o presente trabalho reflete sobre novas experiências e processos inovadores de gestão que vêm dando certo no Estado do Pará.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	3
2 O SISTEMA DE MONITORAMENTO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS E O PORTAL DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PARÁ – PERSPECTIVAS E METAS.....	5
3 E-CAR: ESTRUTURA DE FUNCIONAMENTO.....	8
4 O PORTAL DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PARÁ.....	15
5 O PROCESSO DE FORMAÇÃO DE CONSELHEIROS E CONSELHEIRAS DO PTP E OS DESAFIOS DA INCLUSÃO DIGITAL NO PARÁ.....	19
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23
7 REFERÊNCIAS.....	25

1 INTRODUÇÃO

Sem dúvida alguma, fazemos esta democracia consultando os 143 municípios do Estado, conseguimos incluir 80% das demandas escolhidas pelo povo no Plano Plurianual e estas políticas públicas serão aplicadas em 2008, 2009, 2010 e 2011. Nós estamos felizes e convidamos os conselheiros a fiscalizar essas políticas públicas, colocando a tecnologia a serviço da democracia, a serviço da transparência, onde cada conselheiro vai poder verificar ao vivo e a cores como está àquela política pública, aquela obra. Este conselheiro vai poder entrar no sistema de monitoramento *on-line* e enviar o seu relatório sobre essas políticas, vai falar dos problemas e dos pontos positivos, deste modo o Governo vai poder agir com exatidão e concluir cada obra com participação popular do início ao fim. Portanto é assim que se governa com transparência, é assim que a gente faz com que os recursos cheguem aonde eles são mais necessários.¹

Na fala da Governadora do Pará, Ana Julia Carepa, no ato do lançamento do Sistema de Fiscalização *on-line*, que será utilizado pelos 3.968 conselheiros do Planejamento Territorial Participativo nos 143 municípios do Estado, percebemos a satisfação do Governo do Estado em convidar estes cidadãos comuns a participar da gestão do Estado, através da fiscalização de políticas públicas, o que torna esta gestão transparente e participativa.

Este contexto de resignificação dos usos da tecnologia da informação a favor da democratização nas sociedades e a crescente necessidade de ampliação da transparência nos gastos públicos é um desafio dos atuais governos no mundo. Neste sentido o chamado “Governo Eletrônico” se coloca a serviço de uma proposta de governo, que inclua as pessoas na gestão do próprio Estado de forma democrática e transparente. O E-CAR/PTP/SEPOF se insere neste quadro de mudanças nos governos. É uma peça fundamental, haja vista que, dinamiza o uso intensivo da tecnologia da informação com respeito aos cidadãos dos 143 municípios do Pará.

Inserido neste contexto, o Planejamento Territorial Participativo no Estado do Pará, busca efetivar o processo de planejamento levando em consideração o constante acompanhamento e monitoramento das políticas públicas decididas no

¹ Entrevista da Governadora Ana Julia Carepa a emissoras de TV e rádio no município de Tucuruí em 05/04/2008.

interior das Assembléias Públicas², bem como a avaliação dos resultados destas através da elaboração de planos estratégicos.

Respeitar e valorizar os cidadãos efetivando-os a construir a sociedade através da participação popular, exige do Estado, que este esteja bem informado e formado, haja vista que, vivemos em uma época na qual a velocidade da informação é incrível, tudo muda a toda hora, nada é constante.

Saber responder a questionamentos recorrentes sobre sua atuação junto ao seu município enquanto conselheiro regional é uma preocupação do PTP, afinal, sabemos que a eficácia do uso das tecnologias da informação depende das atualizações das mudanças, do gerenciamento das informações, e que dependem da formação acumulada por este conselheiro ao longo do processo, devendo haver, assim, uma formação, no povo, da consciência constitucional de suas liberdades, de seus direitos fundamentais, de sua livre organização de poderes.

Deste modo este artigo visa apresentar considerações importantes sobre a fiscalização eletrônica no Estado do Pará, através do E-CAR/PTP/SEPOF, mostrando como este sistema é um modelo organizacional de fiscalização on-line, a sua estrutura de funcionamento e considerações finais sobre a relação deste sistema com as mudanças democráticas e políticas nos últimos anos.

² Realizadas entre 04/07/2007 e 02/07/2008, as Assembléias Públicas Municipais buscavam apresentar o diagnóstico regional e local dos 143 municípios, garantindo a participação voluntária, direta e universal de todos os cidadãos residentes nos municípios. Buscava debater e votar políticas públicas, deliberando a hierarquia das prioridades dos temas e programas do desenvolvimento estadual, e das obras e serviços considerados prioridades para o município. Por fim eram eleitos os Conselheiros Regionais de forma proporcional a quantidade de participantes da APM e aos seguimentos sociais presentes.

2 O SISTEMA DE MONITORAMENTO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS E O PORTAL DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PARÁ – PERSPECTIVAS E METAS

As organizações modernas estão voltadas à estratégia em todos os níveis. Todos os projetos devem ser acompanhados para a verificação de resultados. O E-CAR/PTP/SEPOF foi desenvolvido neste sentido, como estruturante do processo e facilitador da integração dos diversos agentes envolvidos da fiscalização e avaliação de resultados.

Para a Superintendente do Planejamento Territorial, Edilza Fontes, o PTP se constitui como:

Um projeto de participação popular, de aprofundamento da democracia que contribui para um controle social mais efetivo sobre as políticas públicas do Estado. É um processo que aprofunda a discussão orçamentária e contribui com uma visão democrática de recursos a partir de prioridades definidas nos municípios. É uma forma de construir políticas sociais dialogando com a sociedade.³

Deste modo quando associamos o aprofundamento da democracia, o controle social do Estado e a tecnologia da informação a um sistema on-line de fiscalização temos que chegar a um desenho organizacional capaz de dar conta das diversas variações do processo de planejamento, bem como da capacidade de “predeterminar” as atitudes dos atores sociais frente ao sistema, que agrega em uma única ferramenta, comunicação clara e padronizada dos dados de cada projeto, pareceres com visibilidade ampla ou reduzida, datas, metas, funções específicas e registros padronizados de informações⁴.

Feitas estas ponderações partimos para o primeiro passo da construção do sistema: A análise teórica de funcionamento do PTP e suas dimensões, Baseada em vários pontos hierarquizados, entre os quais se destacam a regionalização do Estado, atualmente dividido em 12 regiões de integração; O compromisso de Governo com a Gestão Participativa; A dimensão Setorial, visando à valorização dos Conselhos Setoriais de Políticas Públicas, estimulando o funcionamento do Sistema de Participação Setorial; A dimensão Territorial/Local: conselhos terão o poder de

³ FONTES, Edilza Oliveira. Ações para todo o Estado paraense. Revista Via Pará. Ano 2 – Edição 4 – Abril de 2008.

⁴ BEIER, João Carlos. E-CAR: Controle, Acompanhamento e Avaliação de Resultados.

propor programas a serem implementados em âmbito regional, como também definir demandas de obras e serviços em base municipal.

Sobre estes aspectos, o processo de planejamento no Estado do Pará teve como condição fundamental uma nova concepção de território, que foi trabalhada pelo governo estadual, ou seja, um espaço socialmente organizado, com fluxos econômicos, sociais, culturais, institucionais, políticos e humanos, todos estes levados em consideração e associados à idéia central de que o sistema deve criar a base para que ambas as partes de cooperação possam aprender, crescer e desenvolver sua capacidade de trabalhar com o monitoramento e avaliação on-line.

Assim, grupos sociais marginalizados adquirem as mesmas capacidades e direitos que aqueles localizados no topo da estrutura social através do Sistema E-CAR/PTP/SEPOF, criando uma sinergia entre Estado e sociedade civil que leva não somente ao empoderamento desta última, mas a construção de um processo gradual de controle e fiscalização dos envolvidos nas tomadas de decisão do Estado.

Contudo, se é verdade que os cidadãos ganharam poder com a participação popular, então é fundamental identificar quem são estes indivíduos e quais os setores sociais que ganharam este poder. Neste sentido, a avaliação dos perfis dos conselheiros é de fundamental importância, quando chegamos a um perfil detalhado dos participantes das plenárias públicas nas APMS e dos Conselhos Regionais encontramos pistas para o delineamento de práticas e dos protagonistas principais da participação popular.

O E-CAR/PTP/SEPOF se configura como um modelo organizacional de fiscalização de políticas públicas, no Pará, por agregar em seu sistema aspectos teóricos (da participação popular) e aspectos técnico-operacionais, que levam em consideração aspectos sociais, políticos e econômicos em cada região. É de fato uma inovação para o desenvolvimento, com inclusão digital e social nos 143 municípios do Pará.

Aliado ao Sistema de Fiscalização on-line, o Governo do Estado do Pará lançou um dos maiores projetos de inclusão digital e social do Brasil, o NavegaPará. Iniciativa que deverá interligar por internet de alta velocidade, órgãos administrativos, viabilizando ações como tele-educação, tele-negócios e inclusão digital.

O projeto agrega em sua estrutura dois eixos de inclusão, a digital e a social, garantindo acesso à informação e à educação, além do alinhamento da alíquota de ICMS para produtos de informática, reduzindo de 17% para 7%, conforme já se praticava na maioria das demais unidades federativas. Esta demanda foi incluída no planejamento de informática para o Estado, e elaborado com a participação de entidades representativas do setor no início desta gestão, em 2007. Esta redução da alíquota dos impostos foi aprovada com o intuito de aumentar a produtividade do Estado, dar maior competitividade às empresas locais e aumentar a inclusão digital para a população dos 143 municípios do Pará.

Para a Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia o Navega Pará está dividido em cinco ações básicas, abaixo descritas:

Metrobel – Utilização da rede de fibra óptica Metrobel para interligar, por internet de alta velocidade, cerca de 300 unidades administrativas. Principais áreas beneficiadas: segurança, saúde e educação.

Infovias – Integração do Estado com a interligação dos principais órgãos públicos a partir de convênio para utilizar 1.800 quilômetros de fibra óptica da Eletronorte. As infovias são redes-macro de transmissão, da qual é necessário baixar o sinal para utilização em serviços públicos.

Cidades digitais – Construção de pequenas redes para que se baixe o sinal da Eletronorte, interligando os principais órgãos públicos (federais, estaduais e municipais), como escolas, hospitais e delegacias.

Infocentros públicos – Serão construídos infocentros em 13 municípios, disponibilizando internet de alta velocidade para dois milhões de pessoas no interior do Estado do Pará.

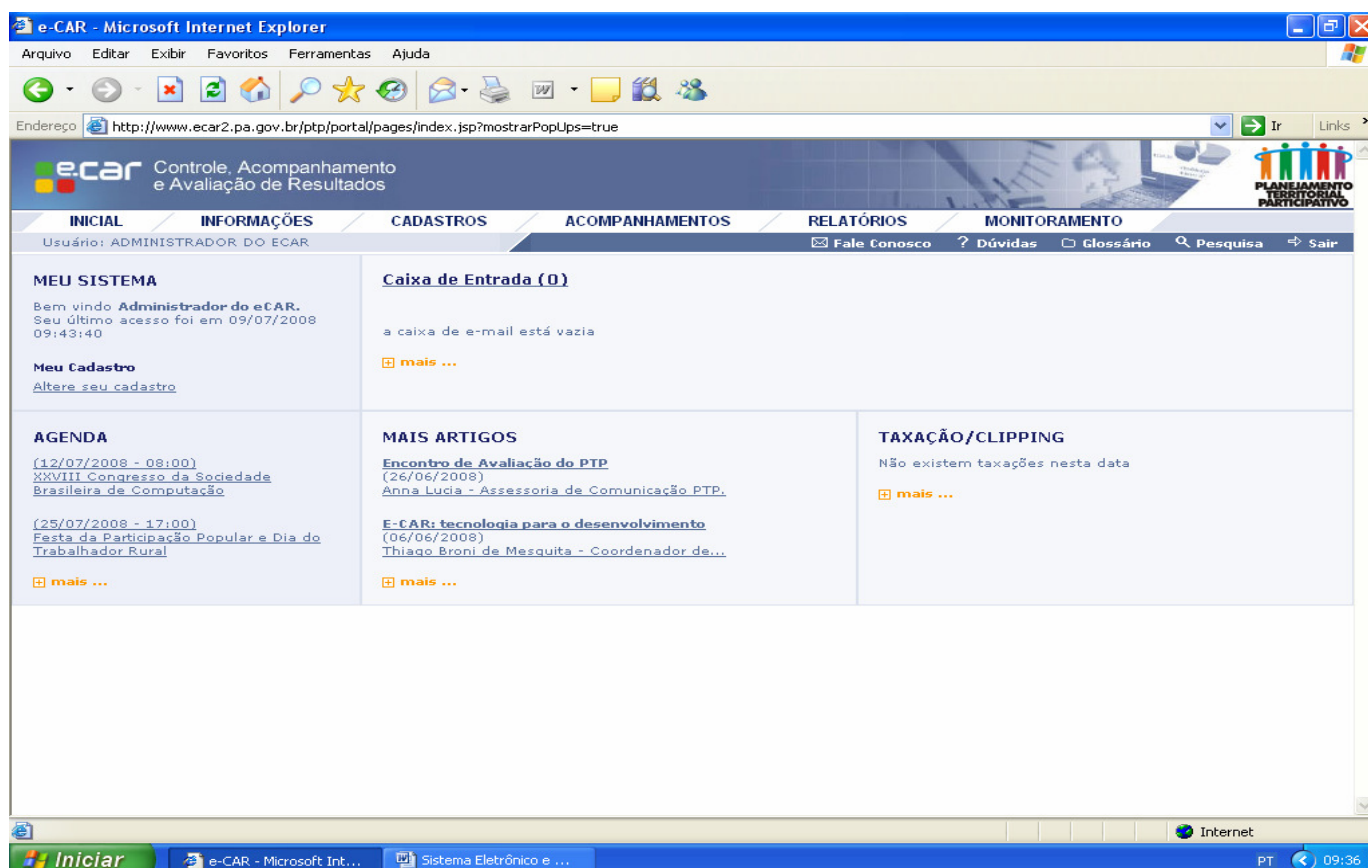
Telecentros de negócios – Será realizada a capacitação e qualificação, além de seminários e debates à distância de setores produtivos. A Secretaria da Fazenda ampliará o projeto original, construindo telecentros de negócios nos principais pólos econômicos, para utilização por sindicatos, empresas, cooperativas e associações.⁵

⁵ Disponível em: www.navegapara.pa.gov.br

3 E-CAR: ESTRUTURA DE FUNCIONAMENTO

Enquanto tecnologia da informação, o E-CAR busca acompanhar os programas prioritários eleitos, nas APMs do PTP, por mais de quarenta mil pessoas nos 143 municípios do Pará, de forma rápida, simplificada e qualificada.

O sistema tem como requisitos básicos a permissão de acompanhamento através da identificação de políticas públicas prioritárias; O gerenciamento operacional em uma única solução, ou seja, visa auxiliar as secretarias de Estado e órgãos do Governo do Estado envolvidos com o PTP na tarefa de controlar e monitorar suas obras, encontrando soluções através da participação popular, que minimizem os índices de insucesso, maximizando os benefícios; A construção de uma estrutura customizável e que se adeque a mudanças, com a possibilidade de localização geográfica e integração com o sistema orçamentário.



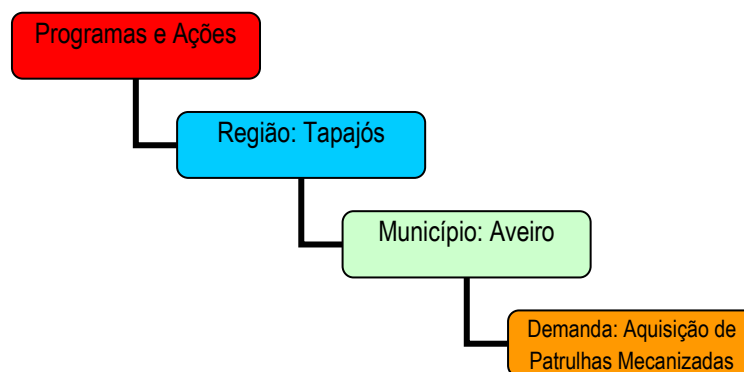
Área inicial do E-CAR/PTP/SEPOF

Em sua área inicial, o E-CAR/PTP/SEPOF, oferece todas as informações sobre os projetos de governo em um único local, através de links relacionados.

1. **Meu Sistema:** informa a data e hora do último acesso, permitindo ao usuário a troca de ID e senha.
2. **Caixa de Entrada:** esta área funciona como uma espécie de e-mail, que estará em rede com todos os 3.968 conselheiros do PTP e com o administrador do Sistema (Superintendência do PTP e SEPOF). Nesta os conselheiros podem enviar informações, pareceres e receber respostas quanto aos pareceres enviados, etc.
3. **Agenda:** sua principal função é informar a agenda de atividades do PTP, podendo também ser utilizado para divulgar outras atividades que estejam acontecendo no Estado ou fora dele.
4. **Artigos:** Nesta área podem ser publicados artigos, matérias e outros textos com informações relativas ao PTP, ou ao Governo do Estado, mantendo o conselheiro sempre atualizado das últimas notícias referente ao processo de participação popular no Pará, além de funcionar como um mecanismo de formação *on-line*, haja vista que, constantemente serão publicados artigos completos que ajudaram na atuação do conselheiro em suas regiões.
5. **Taxação/Clipping:** Área destinada à publicação de gráficos quantitativos, assim como clipping's de matérias e outros assuntos referentes ao PTP.
6. **Sobre-topo de informações úteis:** Composta de cinco áreas, o sobre-topo oferece as seguintes informações ao conselheiro.
 - **Fale conosco:** área com o e-mail da Coordenação responsável pelo gerenciamento do E-CAR/PTP/SEPOF, assim como o telefone e endereço da SEPTP.
 - **Dúvidas:** área com respostas das principais dúvidas referentes à utilização do sistema.
 - **Glossário:** dividida em ordem alfabética, esta área é destinada a explicar termos, leis, programas e ações de governo, siglas etc. que serão utilizados no cotidiano do conselheiro.

- **Pesquisa:** o conselheiro poderá realizar pesquisas por Palavra-chave, de informações dentro do sistema.
- **Sair:** Finaliza a utilização do sistema.

A área destinada ao cadastramento de demandas é chamada de **CADASTRO**, por ser basicamente uma estrutura de inclusão de demandas previamente selecionadas nas APM's em um banco de dados, planejado para funcionar de uma maneira integrada e de fácil acesso ao conselheiro. Funciona hierarquicamente da seguinte forma:



Sua linha de Ação obedece ao princípio da regionalização do sistema, ou seja, é dividido em 12 regiões, contendo informações básicas sobre cada região, tais como o nome e a descrição da região, o nome do Coordenador e dos Gerentes regionais do PTP, população, área geográfica, atividade produtiva/econômica, características culturais e ambientais, número de participantes das APM's, número de conselheiros regionais e estaduais por região.

Cabe também a esta área o cadastramento de outros recursos como beneficiários, anexos categorizados, critérios, permissões de acesso, entidades relacionadas, metas e indicadores, localização geográfica do programa e ação, datas críticas e associações de demandas.

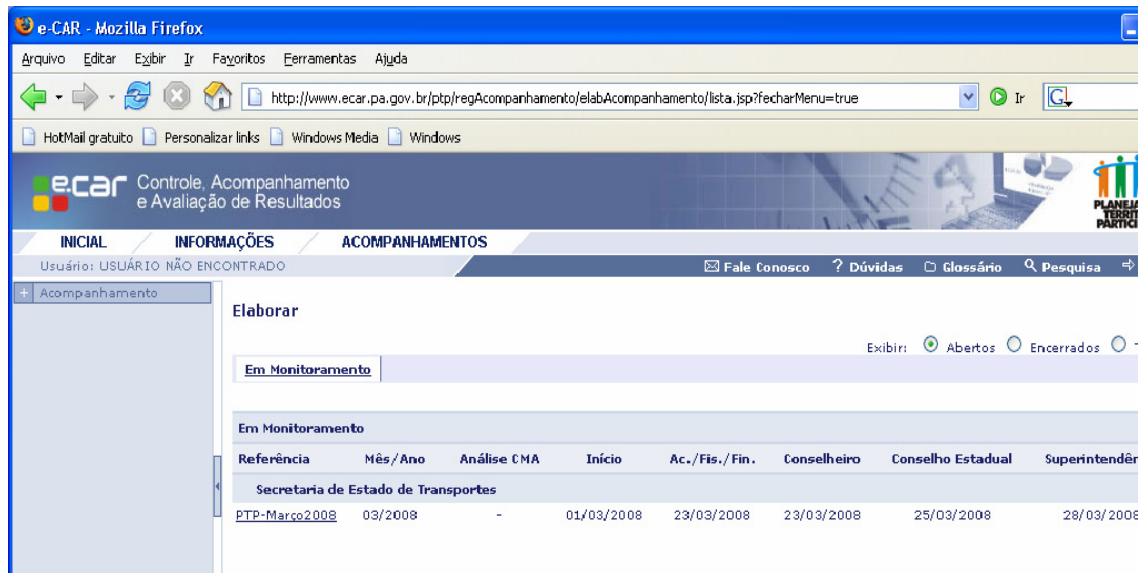
O Programa e Ação é a área destinada a inclusão das 430 demandas do PTP a serem fiscalizadas, divididas por Lei Orçamentária anual 2008,2009,2010 e 2011 e por municípios e está diretamente relacionada ao acompanhamento destas demandas.

Na área de **Cadastro** é possível cadastrar Programas e Ações de forma regional e direcionada ao município do conselheiro. São cadastradas informações como o número da demanda no sistema, o nome da demanda, a sua primeira descrição, o(s) órgão(s) executor(es), o parecer dos órgãos nas visitas técnicas, se este parecer é integral ou parcial, a situação da execução do programa ou ação, o programa do PPA, a data de início da obra e o prazo para possível inauguração, a periodicidade de acompanhamento e os pareceres da SEPTP e Conselhos Regional e Estadual.

A estrutura destinada à emissão de pareceres é exclusiva dos conselheiros do Planejamento Territorial Participativo e chama-se **ACOMPANHAMENTO**. Obedece ao princípio do empoderamento dos atores sociais historicamente excluídos do processo de planejamento do Estado, sendo vedada à emissão de pareceres por agentes do Governo do Estado do Pará, como secretários, técnicos e assessores, cabendo a estes responder a SEPTP e a SEPOF os questionamentos feitos pelos conselheiros por meio do E-CAR. As respostas depois de recebidas pela SEPTP e pela SEPOF, são enviadas para todos os conselheiros daquela região.

A área de acompanhamento deste modo serve para o registro de pareceres objetivos, uma vez que, o conselheiro envia a sua opinião quanto à situação da obra, contudo funciona, também, de forma subjetiva, ou seja, através da utilização de sinaleiras pré-estabelecidas. É possível acompanhar, então, metas e indicadores da obra, acompanhamento financeiro e sinalização das datas críticas.

Concluímos então que a área de acompanhamento é a mais importante do sistema de fiscalização on-line, funcionando da seguinte maneira:



Tela de com as referências de acompanhamento, ou seja, quais as obras que estão sendo acompanhadas para um determinado período.



Relação de obras monitoradas. Nesta área é possível visualizar as obras e checar o posicionamento dos conselheiros quanto ao andamento ações através de sinaleiras (carinhas), que representam o parecer do conselheiro e a resposta da SEPT/SEPOF.

Para registrar um Parecer, depois de escolher a opção acima indicada, é necessário preencher alguns campos obrigatórios, conforme segue:

- **Situação:** situação atual da obra (Ex.: Em execução, Paralisada, etc.)

- **Cor:** indicação visual sobre o estado da obra (Alerta, Crítico ou Normal)
- **Conselheiro:** identificação do conselheiro, sendo possível incluir um parecer descritivo sobre a obra.
- **Observação:** informação complementar ou de destaque sobre a obra.

Período	PTP-Março2008
Conselheiro	
Conselho Estadual	
Superintendência	

Conselho Estadual 	Superintendência 	Conselheiro 
---	--	--

* Situação

* Cor

☐  Alerta
☐  Crítico
☒  Normal

* Conselheiro Carlos Silva

Observações A obra está sendo realizada dentro do previsto e com os prazos em dia.



Inclusão: 12/03/2008 Usuário não encontrado

Última Alteração: 20/03/2008 Usuário não encontrado

[Mostrar Todas Posições Emitidas](#)

Tela do Parecer do Conselheiro do PTP, onde é possível cadastrar o parecer de um conselheiro de forma objetiva e subjetiva, através do uso de sinaleiros (carinhas) que informam a situação da execução da ação.

Outra área importante do Sistema de Fiscalização on-line é a destinada à publicação de relatórios. Podem-se gerar nesta área Relatórios de Acompanhamento Pilotos, ou seja, o desempenho de uma ação em um determinado período. Para exemplificar esta área utilizaremos dados fictícios de uma demanda do município de Castanhal.

 Controle, Acompanhamento e Avaliação de Resultados 	
<p>Relatório de Acompanhamento – Piloto 07/2008</p> <p>UEPA</p> <p>119 – Implantação da UEPA em Castanhal</p> <p>Dados Qualitativos: a implantação de um <i>campus</i> da UEPA no município de Castanhal irá beneficiar os estudantes da região do Guamá, diminuindo o déficit estudantil e dinamizando a economia da região através da oferta de cursos de cunho regional e local.</p> <p>Previsão de Conclusão: Dezembro de 2008.</p>	<p>Responsável Técnico:</p> <p>E-mail:</p> <p>Fone:</p> <p>Indicadores / Metas</p> <p>Janeiro: Liberação do OGE</p> <p>Fevereiro: Elaboração do Projeto</p> <p>Março: Apresentação do projeto aos CR e CF do PTP</p>

Outros relatórios de desempenho podem ser gerados a partir de dados quantitativos relativos às metas e indicadores físicos, financeiro e de avaliação dos resultados das obras através dos sinaleiros. Estes dados são importantes para pesquisas futuras sobre a avaliação dos resultados obtidos através do acompanhamento de programas, ações, obras e serviços do Governo do Estado do Pará, votados pela população de seus 143 municípios.

4 O PORTAL DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PARÁ

Criado a partir da necessidade de divulgação das ações do Governo o site do Planejamento Territorial Participativo possui áreas destinadas ao monitoramento de obras e serviços para conselheiros e sociedade em geral, desse modo a partir do site é possível que qualquer cidadão informe ao PTP a situação da execução de obras do PTP e Governo.

Assim o portal da participação popular no Pará pretende divulgar as ações do Poder Executivo Estadual em ambiente de navegação amigável, associando informações úteis ao cidadão, seja para atender ao princípio da publicidade, seja para subsidiar o efetivo controle social. No portal a Cidadã e o Cidadão poderão acompanhar os rumos do desenvolvimento através das demandas apresentadas no PTP, por instituição do Governo, por Programas, obras e serviços.

O Portal do PTP das seguintes áreas de acesso:

1. Notícias do PTP e do Governo
2. Conheça o PTP
3. Ações do PTP nas regiões
4. Demandas – LOA 2008 e 2009
5. Cursos de Formação
6. Sala de Imprensa
7. *Downloads*
8. Fale Conosco
9. E-CAR
10. Multimídia
11. Conselheiro Destaque



Tela inicial do Portal do PTP – www.septp.pa.gov.br

Por meio do site também é disponibilizada aos conselheiros e população em geral uma área específica para o acompanhamento de obra denominado “Fale Conosco”.

O Processo de acompanhamento pelo site do PTP funciona da seguinte forma, o Conselheiro(a) ou sociedade civil acessa o portal www.septp.pa.gov.br. No Portal do PTP acessa o link FALE CONOSCO e preenche o cadastro obrigatório, logo após envia a pergunta sobre a execução de qualquer obra e serviço. Ao receber as mensagens no e-mail institucional do PTP, a equipe de planejamento tem 24 horas para enviar resposta inicial e oito dias para enviar resposta definitiva com relatórios técnicos sobre a questão colocada. Em casos urgentes são realizadas visitas no município para encaminhamento sobre a questão levantada.

PLANEJAMENTO TERRITORIAL PARTICIPATIVO

Pará
Secretaria de Estado de Planejamento Participativo, Orçamento e Finanças GOVERNO POPULAR

Belém, 27 de Março de 2009

♦ Menu

- Principal
- Conheça o PTP
- Conselhos
- Ações
- Demandas
- Curso de Formação
- Sala de Imprensa
- Downloads
- Fale Conosco

♦ Galeria

♦ **FALE CONOSCO**

Se você tem sugestões, dúvidas ou comentários, entre em contato conosco escrevendo a sua mensagem no formulário abaixo.

'Nome: Paulo Francisco das Neves

Instituição/Entidade: Movimento de Remanescentes de Quilombos

Telefone : 93-3345-5789

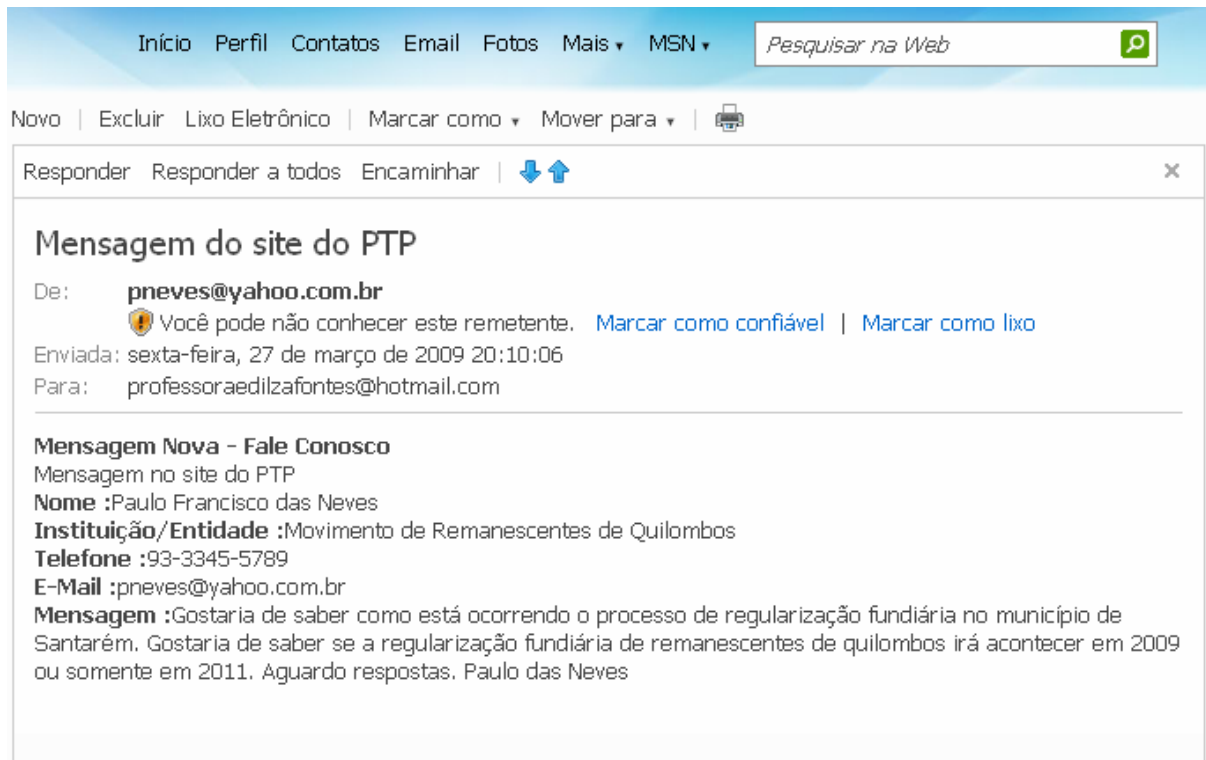
'E-mail : pneves@yahoo.com.br

'Mensagem: Gostaria de saber como está ocorrendo o processo de regularização fundiária no município de Santarém. Gostaria de saber se a regularização fundiária de remanescentes de quilombos irá acontecer em 2009 ou somente em 2011. Aguardo respostas.

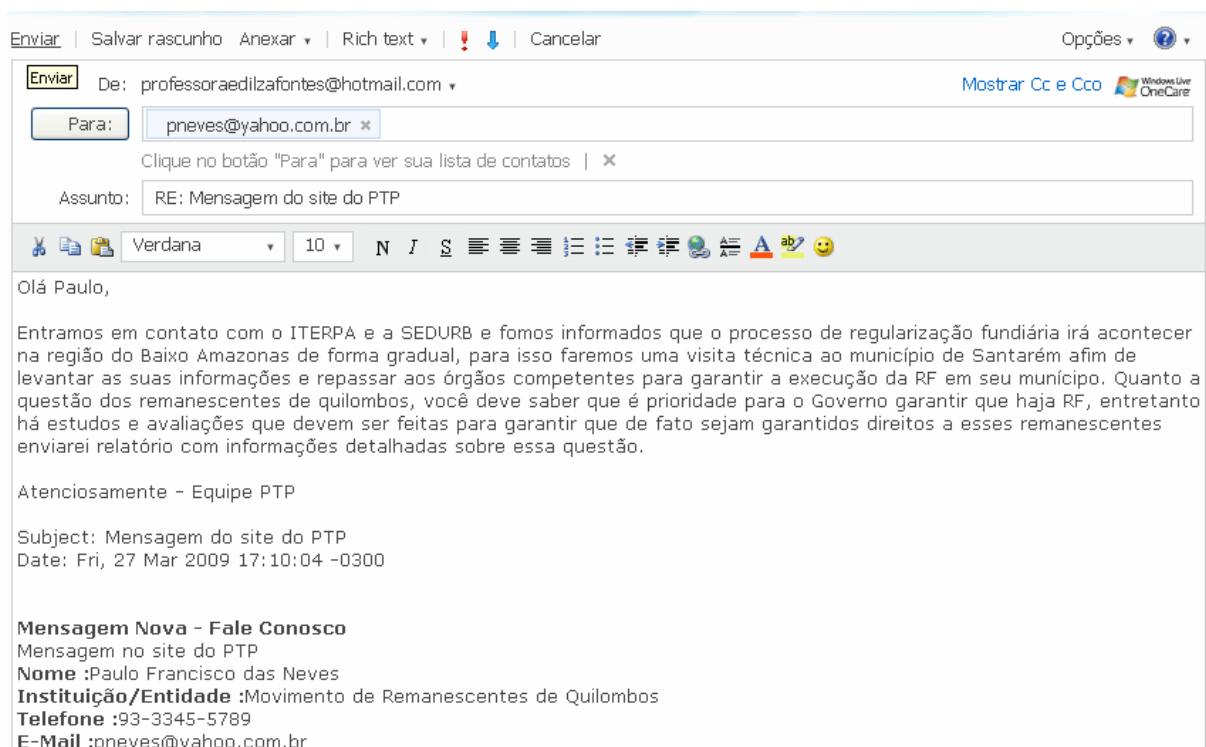
Paulo das Neves

* Campos obrigatórios

Tela Fale Conosco com pergunta enviada ao e-mail institucional.



Mensagem recebida no e-mail institucional.



Mensagem de resposta enviada no prazo de 24 horas .

5 O PROCESSO DE FORMAÇÃO DE CONSELHEIROS E CONSELHEIRAS DO PTP E OS DESAFIOS DA INCLUSÃO DIGITAL NO PARÁ

Ao levar em consideração que o processo de elaboração do PPA 2008-2011, assim como de suas respectivas Leis Orçamentárias Anuais e Lei de Diretrizes Orçamentárias deveriam respeitar espaços de participação popular de dimensão estadual, setorial e territorial/local, cabendo ao Governo do Estado organizar a sincronização das diferentes dimensões de participação, garantindo os meios para que os conselheiros regionais, representantes eleitos pela população de cada município, foram elaboradas diretrizes e metodologias para um processo de formação continuada, que levasse em consideração diversos aspectos sociais e culturais de inclusão desses atores que participam dos rumos que o Governo do Estado daria a partir de 2007.

Nesse sentido os cursos de formação de conselheiros do PTP leva em consideração que a democracia participativa implica a construção de um processo que possibilite a integração dos vários segmentos sociais na construção do planejamento e no controle social das obras e serviços do PTP, valorizando os sujeitos sociais ligados a movimentos sociais, sindicais, representantes de trabalhadores, tribos indígenas, remanescentes de quilombos, baseado no empoderamento da sociedade civil de modo a garantir mecanismos integrados de valorização dos 12 territórios de integração do Estado.

A atuação territorial como lugar privilegiado de planejamento de forma descentralizada exige da gestão pública estadual a capacidade de definir perfis regionais das pessoas envolvidas no processo de planejamento territorial participativo, assim é possível que por meio dos cursos de formação sejam discutidas questões que envolvam aspectos sócio-culturais, ambientais, econômicos, possibilitando por sua vez que, conselheiros sejam capacitados ou instruídos para atuarem de diversas formas, haja vista que são abordados temas do seu cotidiano como Estado, poder, política, licitação ou mesmo informática básica em um território das dimensões e diversidades do Pará.

Após a realização de dois módulos dos cursos de formação de conselheiros somos capazes de afirmar que esses oferecem aos conselheiros meios para a compreensão, acompanhamento e elaboração de relatórios de resultados, possibilitando que o controle social seja uma constante no Governo.

O território passa a ser percebido como o espaço onde são desencadeados as políticas públicas do Estado e que por isso deve ser planejado de forma criteriosa e com participação popular.

Nesses espaços de formação são compartilhadas experiências, leituras e análises de processos legais de planejamento. Nessas trocas de vivências podemos aprofundar conhecimentos sobre a história de cada município e como esse se insere em um contexto regional e estadual, bem como num contexto amazônico, como espaço de conflitos e de inovações para o desenvolvimento do país.

O processo de formação de conselheiros no que tange a capacitação em informática, vislumbrando o monitoramento, acompanhamento e avaliação de resultados, parte de um pressuposto cíclico de planejamento integrado e estratégico onde o planejamento é participativo, a organização e gestão são descentralizadas, a direção do processo é democrática e o monitoramento é transparente.

A essas etapas seriam fornecidos subsídios para a elaboração de diagnósticos, visão de futuro para o Estado e a planificação dos objetivos, diretrizes, estratégias, programas e projetos, todos articulados regionalmente por meio de ajustes institucionais onde negociações e pareceres seriam possíveis por meio de formações contínuas que levassem em conta a inclusão social e digital dos agentes envolvidos.

Dimensões como a setorial e o local foram levadas em conta a partir do momento em que se valorizam os conselhos setoriais de políticas públicas por meio da inclusão de demandas eleitas nas Assembleias Públicas Municipais do PTP em mecanismos de monitoramento on-line e presencial.

Fruto dessa discussão em torno do governo eletrônico e sobre as questões de inclusão digital no Pará, o Governo do Estado lançou o programa “Navega Pará”, cujo objetivo é criar espaços onde a população do Estado possa ter acesso ao uso da computação e da própria internet de forma gratuita e onde possam ter acesso a inclusão digital.

De acordo com a Secretaria Estadual de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia o Navega Pará se constitui em um programa onde a inclusão digital é uma condição para o desenvolvimento não só de um país ou empresa, mas de qualquer profissional. O simples conectar-se à internet aumenta em 1% o PIB de um município. É nessa perspectiva econômica e social que o governo do Estado implementa o programa NAVEGAPARÁ, que vai levar internet de alta velocidade a

dois milhões de pessoas só no interior, além de ações de telemedicina, tele-educação e tele-negócios.

O NAVEGARÁ acontece a partir de dois convênios: com a Eletronorte e com a Rede de Fibra Óptica Metrobel. A Eletronorte tem no Estado 1.800 quilômetros de linhas de transmissão de energia. Estas linhas contêm fibra óptica. Por convênio, o governo do Pará vai usar a fibra para implantar as principais ações do NAVEGAPARÁ ao longo de treze municípios: Santa Maria, Abaetetuba, Tailândia, Tucuruí, Marabá, Marabá, Pacajá, Uruará, Rurópolis, Santarém e Itaituba, além de Belém. Nestes municípios, o governo estadual vai construir as chamadas Cidades Digitais, que são pequenas redes para baixar o sinal da Eletronorte.

As conexões municipais vão interligar, por internet de alta velocidade, as principais instituições governamentais, como hospitais, escolas, delegacias, órgãos federais, estaduais e prefeituras (serão cerca de 500 pontos de conexão no interior e 300 pontos na região metropolitana de Belém, interligando as principais unidades administrativas). Além dessa integração, o programa vai disponibilizar, em cada cidade, pelo menos dois infocentros públicos com pelo menos 20 computadores cada⁶.

Nesse contexto a implantação de um programa que leva em consideração a inclusão digital em territórios historicamente excluídos, inscreve o Estado do Pará em um novo modelo de desenvolvimento que supera os índices apresentados pelo Censo Escolar de 2000 organizado pelo MEC, onde somente 37% dos estudantes de ensino médio estudavam em escolas com acesso à Internet. O censo apontou ainda que 56% dos matriculados no ensino médio integravam escolas com laboratórios de informática. Este quadro se agrava no ensino fundamental, uma vez que somente 22% das crianças (8 milhões de alunos) estudavam em escolas com salas de informática e apenas 19% acessavam a Internet. É importante alertar que mesmo possuindo conexão e computadores várias escolas deixam estes equipamentos sem uso, em geral, pela falta total de formação dos professores e pela ausência de uma política educacional de uso da Internet como instrumento

⁶ Disponível em www.seduct.pa.gov.br

pedagógico e de reforço à pesquisa escolar. Muitas das salas de informática ficam trancadas e acabam sendo alvo de sucateamento e furto de equipamentos.⁷

Tudo isso demonstra a importância dada pelo Governo no sentido de garantir acesso à internet e garantir que os índices de exclusão social e consequentemente digital sejam superadas em nosso Estado.

Assim a segunda etapa dos cursos de formação de conselheiros do PTP foi intitulada “A tecnologia da informação e a democracia participativa: o E-CAR como mecanismo de participação e controle social” onde foram iniciados em informática básica e internet mais de 1700 conselheiros em todos os municípios do Estado, além da informática básica esses conselheiros foram apresentados ao E-CAR, sistema de monitoramento on-line baseado nas discussões sobre governo eletrônico e novos modelos de gestão pública participativa.

Podemos entender que esse processo de inclusão social e digital já reflete benefícios a sociedade, haja vista os ganhos educacionais, financeiros e políticos. Muitos dos conselheiros envolvidos nessa primeira etapa saíram satisfeitos com a atuação do Estado em garantir um primeiro passo rumo a novos horizontes.

Nunca tinha visto um computador, achava que ia morrer e nunca ia nem saber o que era e como funcionava, nossa realidade é a enxada e a plantação, agora sei que posso ir longe com essa tal de internet.

Assim o PTP já formou 3.000 Conselheiros e Conselheiras os quais foram capacitados na área de gestão, orçamento, controle social e uso das novas tecnologias da informação – nesse contexto implantamos o E-CAR (Sistema de Controle, Acompanhamento e Avaliação de obras do governo on-line) – o Site do PTP que estabelece uma comunicação direta e permanente com a sociedade e publicamos jornais tablóides e revistas de estudos que apresentam conteúdo sobre democracia e participação popular.

⁷ Disponível em http://www.softwarelivre.gov.br/artigos/artigo_02/

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para muitos pesquisadores da tensão entre democracia e capitalismo, surgiu dentro da sociedade a discussão de novos modelos de democracia alternativos ao modelo liberal. Deste contexto emergiu formas e variações de democracia que levam a sociedade à participação, a democracia popular, ao resgate da ética fundante da democracia nos seus princípios de liberdade, igualdade e participação.

A criação de espaços públicos, que conduzam a sociedade a participação popular tem estreitado as relações sociedade e Estado. Vivemos um momento de ruptura com as tradições estabelecidas na democracia representativa, onde é necessário o estabelecimento de inovações, quer sociais, institucionais ou tecnológicas, todas ao serviço de um modelo democrático a serviço da participação popular.

Ao assumir o Planejamento Territorial Participativo, o Governo do Estado do Pará adotou o modelo alternativo e contra-hegemônico, protagonizado por comunidades, grupos, movimentos sociais, pessoas físicas, “em verdade, [foi] a busca da democracia como uma nova gramática social e cultural, fundada na ética democrática: igualdade e liberdade na perspectiva de participação, garantindo justiça” (CARVALHO, 2004).

Implementar alternativas inovadoras como o Sistema de Fiscalização online é um imenso desafio, especialmente quando pensamos as condições históricas em que se desenvolveu a democracia no Pará e no Brasil.

Ao entregar a 3.968 conselheiros, democraticamente eleitos, um sistema de fiscalização 100% web, independente de plataforma, com sistema de segurança e com acesso a todas as funções de fiscalização, monitoramento e avaliação de resultados, Estado e sociedade se juntam em um processo único de democracia participativa no Pará, com consenso sobre valores de democracia através do, também inovador, processo de formação de conselheiros.

Boaventura de Sousa Santos entende este processo como “o exercício da (re)criação da política” onde são criados ou revitalizados espaços públicos de e para a participação popular. O E-CAR é mais um destes espaços (virtual) e para tanto “devemos dispor de uma ‘caixa de ferramentas’ metodológicas adaptadas a

diferentes contextos e situações, é necessário ter boa ‘visão’ do processo, suas vicissitudes, dilemas, perspectivas e cenários futuros.” (SANTOS, 2005).

Alba Maria Pinho de Carvalho é categórica ao afirmar que:

Inegavelmente uma das conquistas básicas dessa (re)criação de política no exercício da democracia participativa é a criação de um espaço público informal, descontinuo e plural, no qual se elaborou e se difundiu um “consciência do direito a ter direitos” (CARVALHO, 2004).

Cabe aos Estados, portanto, assumir a responsabilidade de superar as formas de “fascismo societal” e deixar de repousar nas “zonas de exclusão” apenas como um “Estado de polícia” que apara os impactos da atuação destes nas “zonas do contrato social”. Fica comprovado neste artigo, que a utilização das tecnologias da informação são viáveis na construção de um novo modelo de Estado, com participação popular e com justiça social.

O Estado do Pará se insere como exemplo na história da democracia participativa, o Estado chegou aos 143 municípios de um território maior do que muitos países da Europa. O diálogo com a sociedade, ao contrário de algumas experiências de participação popular, é constante, Ailton Dias dos Santos, afirma que “em quase todos os municípios brasileiros podemos encontrar conselhos de diversos tipos, porém nem sempre eles funcionam democraticamente, tendo muitas vezes uma existência meramente formal” (SANTOS, 2005).

Se em níveis municipais o desafio para a manutenção de espaços públicos Estado-sociedade é grande. Quando pensamos em níveis estaduais chegamos a um desafio ainda maior. Este desafio está sendo vencido com sucesso no Estado do Pará, a participação popular está presente em todos os lugares, através de visitas técnicas de obras e serviços, cursos de formação, reuniões dos conselhos regional e estadual e principalmente através de espaços virtuais como o E-CAR/PTP/SEPOF, onde esta união é selada e divulgada para todos os municípios.

Enfim, temos que assumir que os sistemas de participação popular emergem em meio à crise da democracia liberal e ao avanço das tecnologias da informação. O cenário é de “uma pluralidade de atores, em movimentos de múltiplos formatos e natureza, experimentando caminhos de participação que viabilizam os valores da liberdade e da igualdade” (CARVALHO, 2004).

7 REFERÊNCIAS

ANDRADE, C. F.; FONTES, E. Perfil dos participantes das assembleias públicas municipais e dos conselheiros do PTP. In: GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. **Caderno para reflexões**. Belém: 2007.

ANDRADE, C. F.; FONTES, E. O.; MESQUITA, T. B. **E-CAR/PTP/SEPOF**: Sistema de Controle, Acompanhamento e Avaliação de Resultados. Brasília: Congresso Consad, 2008.

ATKINSON, R.; DILL, S. L. **Como organizar um banco de dados moderno e eficiente**. Disponível em: <www.pr.gov.br/batebyte/edicoes/2005/bb147>.

AVRITZER, L. O Orçamento participativo e a teoria democrática: um balanço crítico. In: AVRITZER, L.; NAVARRO, Z. **A inovação democrática no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003.

BEIER, J. C. **E-CAR**: controle, acompanhamento e avaliação de resultados. Disponível em: <www.seati.ma.gov.br>.

BONAVIDES, P. **As bases da democracia participativa**. Disponível em: <www.achegas.net/numero/vinteeseite/p_bonavides>.

CARVALHO, A. M. P. **Radicalizar a democracia**. Disponível em: <www.esplar.org.br/download/artigo.doc>.

FONTES, E. O. Ações para todo o Estado paraense. **Revista Via Pará**. Ano 2, Edição 4, Abril de 2008.

FREITAS, F. F. B. **Democracia, igualdade e tolerância**. Disponível em: <www.dhnet.org.br/direitos/militantes/fabiofreitas/texto45.htm - 72k>.

LANZA, B. B. **Governo eletrônico do Paraná**. Disponível em: <www.pr.gov.br/batebyte/edicoes/2005/bb146/governo.shtml>.

LIMA, J. J. F. As Experiências das plenárias públicas do planejamento territorial participativo. In: GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. **Caderno para reflexões**. Belém: 2007.

MARQUETTI, A. Participação e redistribuição: o orçamento participativo em Porto Alegre. In: AVRITZER, L.; NAVARRO, Z. **A inovação democrática no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003.

NAVARRO, Z. O “orçamento participativo” de Porto Alegre (1989-2002) um conciso comentário. In: AVRITZER, L.; NAVARRO, Z. **A inovação democrática no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003

PACHECO, R. S. **Tecnologia e macro-desafios para a gestão estratégica de recursos humanos no setor público**. Disponível em: <<http://www.iiij.derecho.ucr.ac.cr>>.

PATRICIO, L. C. B. **Um olhar sobre a informática na educação**. Disponível em: <www.pr.gov.br/batebyte/edicoes/2004/bb144>.

POLLITT, C.; BOUCKAERT, G. Avaliando reformas da gestão pública: uma perspectiva internacional. **Revista do Serviço Público**. Ano 53, n. 3, jul.-set. 2002.

SANTOS, A. D. dos. **Metodologias participativas**: caminhos para o fortalecimento de espaços públicos socioambientais. São Paulo: IEB, 2005.

SANTOS, B. de S. **Para além do pensamento abissal**: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/Para_alem_do_pensamento_abissal_RCCS78.PDF>.

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS. **Cartilha de orientações para as Assembléias Públicas Municipais**. Belém: 2007.

_____. **Planejamento territorial participativo**. Belém: 2007.

_____. **Planejamento territorial participativo para o desenvolvimento do Estado do Pará**. Belém: 2007.

SOUZA, Ubiratan. **Orçamento participativo**: experiência do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://sala.clacso.org.ar/gsd/cgi-bin/library>>.

TACHIBABANA, A. M., MENDES, E.L.G.; CUNHA, M.V. **Implementação de políticas públicas em rede com suporte de TI**. Disponível em: <<http://www.pr.gov.br/batebyte/edicoes/2004/bb145/implementacao.shtml>>.

AUTORIA

Edilza Joana Oliveira Fontes – Professora Dr^a. Adjunta IV da Faculdade de História da Universidade Federal do Pará, atualmente exerce a Função de Diretora Geral da Escola de Governo do Pará e é Superintendente Estadual do Planejamento Territorial Participativo. Escola de Governo do Estado do Pará e Superintendência do Planejamento Territorial Participativo.

Endereço eletrônico: edilzafontes@yahoo.com.br

Thiago Broni de Mesquita – Graduado em História pela Universidade Federal do Pará, atualmente é Coordenador Executivo de Sistematização, Pesquisa e Memória da Superintendência do Planejamento Territorial Participativo onde também coordena o Sistema de Participação on-line. Superintendência do Planejamento Territorial Participativo.

Endereço eletrônico: thiagobroni@yahoo.com.br